

Reproduzimos abaixo, e com muita emoção, o boletim nº 1 da **Crítica Semanal da Economia**, editado na primeira semana de Abril de 1987 (exatamente em 02 Abril de 1997). Tal qual foi editado naquela época em que só existia máquina de datilografia. De lá para cá foram quase 1200 boletins semanais. Nesta seção "27 Anos Atrás" estaremos reproduzindo semanalmente os boletins seguintes esse histórico boletim nº 1. Essa é a memória da Crítica da Economia. Boa leitura!

03

SITUAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

02.04.:87

Devemos em primeiro lugar descrever as condições econômicas gerais - tanto nacionais quanto internacionais - que estão na origem das condições atuais..

1. A SITUAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

No final de 1982, a economia mundial iniciou mais um período de expansão, depois de ter sofrido um choque cíclico a partir de 1980. Tendo como centro a economia dos Estados Unidos, a economia mundial cresceu com altas taxas até 1985. A partir desse ano e, principalmente em 1986, a economia mundial começa a apresentar os sinais de um novo período de crise: problemas monetários, de comércio, mas principalmente uma grande queda nas taxas de crescimento e da produção industrial, produto nacional etc.. Assim é que o PNB dos Estados Unidos, que tinha alcançado mais de 6% de crescimento em 1984, cresceu menos de 2,5% em 1986. Em 1987 este crescimento poderá diminuir ainda mais, abrindo mais um período de crise na economia Mundial.

A forma mais aparente do reaparecimento de um gigantesco choque econômico mundial - a partir do final de 1987 - início de 1988 - é apresentada atualmente pelo descontrole monetário internacional. Assim o dólar americano que valia aproximadamente 260 ienes (japoneses) em 1985, começou a despencar em 1986, e no final de março de 1987 não vale mais do que 147 ienes. Este é o menor valor da moeda norte americana (medida em ienes) depois da Segunda Guerra Mundial.

Este descontrole monetário é acompanhado de crescentes problemas no comércio internacional - brigas comerciais entre Estados Unidos e Europa, Europa e Japão, Estados Unidos e Japão. A consequência disto será um crescente protecionismo entre as diversas economias, o que levará a uma diminuição do comércio, e finalmente, à queda generalizada da produção mundial.

Outro setor da economia mundial que será atingido, já no ano de 1987 será o setor bancário, cujas consequências serão: a) quebra de devedores e de bancos; b) diminuição da oferta de crédito (novos empréstimos); c) aumento das taxas de juros internacionais.

Deve-se salientar que este novo choque que se aproxima na Economia Mundial não será uma crise fatal para o Capitalismo, como algumas análises superficiais e apressadas poderiam concluir. Ao contrário este novo e mais forte - choque periódico encaminha para a perspectiva de uma modificação conjuntural das relações comerciais e financeiras entre as nações. Isto significa que países como o Brasil terão maiores dificuldades de exportação e importação, maiores dificuldades de manter seus compromissos financeiros com os credores internacionais. Ao mesmo tempo, para que o choque não se transforme em uma verdadeira crise, a única saída será o aumento da exploração dos trabalhadores em todo o mundo, de um lado, e o aumento da exploração das economias imperialistas sobre as economias do

(do)minadas, de outro lado.

2. A SITUAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL

A recuperação e expansão da economia mundial, de 1982 a 1986, permitiu que a economia brasileira se mantivesse à tona, promovendo inclusive uma recuperação interna da produção e do emprego, a partir do segundo semestre de 1984. Mas seus problemas monetários e financeiros apenas se agravaram durante o período de 82-86. Desde 1982 a economia brasileira investe e produz para gerar lucros que se transformam rapidamente em pagamentos de juros para os setores improdutivos nacionais e internacionais. As dívidas interna e externa estão na base desta situação. É a sua expressão é o descontrole do processo inflacionário.

O Plano Cruzado, que marcou durante todo o ano de 1986 a economia brasileira, foi reação do governo ao descontrole inflacionário. Mas não passou de uma mera reação, pois não se tocou um milímetro nas verdadeiras causas do problema - dívidas interna e externa. Desse modo, o congelamento dos preços em 1986 não passou de uma aparência, de uma ilusão. Na verdade, o que se passava era uma compressão artificial da inflação.

O início do ano de 1987 apresenta um recrudescimento da inflação, reprimida durante 86, mas com uma velocidade muito maior do que o período anterior ao Plano Cruzado. As características da inflação apontam para um processo de hiperinflação que esta economia nunca conheceu, desde o começo do século pelo menos.

O Plano Cruzado permitiu também que todos os setores capitalistas da economia mantivessem e aumentassem seus rendimentos: de um lado os setores produtivos - indústria e agricultura - e de outro lado os setores improdutivos - bancos, comércio, proprietários fundiários e consumidores de bens de luxo. Quanto aos salários, o congelamento impediu que fossem recuperados os níveis anteriores ao choque de 1981-84. Na situação de pleno emprego da economia, em 1986, os salários poderiam ter crescido, em termos reais, pelo menos 30% sobre os níveis de 1985. Mas seu crescimento não passou de 6% durante o ano. O salário mínimo (Cz\$ 804,00) ficou congelado de fevereiro de 86 a janeiro de 87, impedindo - se portanto, uma elevação significativa da taxa de salários da economia.

Com o aumento dos problemas externos, com a perspectiva de hiperinflação, com a dificuldade de se controlar os salários numa situação de quase pleno emprego, a conjuntura econômica no início de 87 leva as classes dominantes a uma aparente e transitória crise de governabilidade, reinstalando-se o pessimismo e o vácuo de medidas governamentais que restabeleçam o curso normal dos negócios e dos lucros.

3. A SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL

A conjuntura atual é marcada por problemas financeiros muito graves - dívida externa, elevadas taxas de juros internas e inflação - ao mesmo tempo em que aumenta o espectro de mais uma recessão nos próximos meses. Neste quadro o governo procura uma fórmula que resolva, em primeiro lugar, o problema da repartição da renda entre salários, lucros, juros, aluguéis e câmbio. A desordem financeira atual e a inflação reprimida durante 86 desorganizou as condições de repartição da renda que marcavam a economia até o período recente.

A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa ("moratória") em fevereiro passado, domina o cenário econômico. Esta moratória foi anunciada, em primeiro lugar, porque o país não conta efetivamente com reservas internacionais em caixa. Calcula-se que elas não passem dos 2 bilhões de dólares, o que seria suficiente apenas para dois meses de importações. Em segundo lugar, foi uma tentativa de manobra política para se restabelecer o apoio da população ao governo, totalmente desacreditado depois do Cruzado 2 de novembro de 86. Uma nova onda de patriotis-

(patriotismo) neste momento seria importante para o governo tomar medidas que reordenassem a repartição da renda e a política econômica voltasse a funcionar. Este objetivo não foi alcançado e as reações dos banqueiros internacionais e governos imperialistas podem levar, a qualquer momento, a uma drástica mudança do governo brasileiro quanto à sua "posição de soberania".

No plano interno, depois de esgotado e fracassado o golpe da "moratória", o governo tem que partir da estaca zero quanto ao tipo de política econômica a ser implementada. Nas atuais condições só existe uma hipótese real para o tipo de medidas que o governo vai tentar aplicar nos próximos dias. Discute-se entre política não recessiva e política recessiva ortodoxa. As posições favoráveis à primeira não passam de uma cortina de fumaça para as dissensões momentâneas entre os representantes das diferentes frações políticas das classes dominantes. Resolvendo-se os problemas políticos que atualmente caracterizam a vida cotidiana no plano central, será rapidamente implementada uma política econômica de características ortodoxas. Esta política econômica desatariará o nó redistributivo - com a eliminação do gatilho salarial, por exemplo - atenderia aos desejos dos banqueiros internacionais e FMI, com uma recessão interna planejada, redução dos salários, aumento das exportações, redução das despesas do governo nas estatais, e finalmente, mas não menos importante, revogando a "moratória" e voltando a pagar religiosamente em dia os juros devidos aos credores externos.

Devemos refletir e discutir os detalhes desta próxima carta que as classes dominantes estão guardando no bolso do colete.

09.04.87

Dois polos centralizam a situação atual da economia brasileira. De um lado, os problemas do setor externo (dívida, moratória, exportações etc); de outro lado, os problemas internos (inflação, recessão, novo plano de estabilização).

Embora o governo e a imprensa tratem estes problemas separadamente, eles têm muita coisa em comum. Por isso, deve-se aguardar para as próximas semanas, medidas que acomodem os interesses tanto dos credores externos quanto dos capitalistas internos.

Para encaminhar o entendimento desta situação e de suas perspectivas, devemos começar analisando as particularidades da situação externa da economia brasileira. De como as reservas internacionais do Brasil foram consumidas em 1986 e chegou-se à "moratória do Sarney" em fevereiro de 87.

O Brasil terminou o ano de 1986 com um nível muito baixo de reservas internacionais. O argumento da oposição de direita - Delfim, Simon - sen, Roberto Campos e Cia. - é que o país importou demais e exportou muito pouco em 1986. A causa? Importou demais porque o consumo interno aumentou demais (leia-se "salários subiram muito", "Sarney distribuiu a renda" etc) e exportou de menos, também porque o consumo interno cresceu demais, não sobrando nada para exportar - impedindo a formação dos "excedentes exportáveis".

O governo e as autoridades econômicas atuais não contestam estes argumentos. No entanto, as razões dos problemas externos podem ser bem diferentes.

Analisemos a seguinte tabela: